



## AS PROPOSTAS DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: DO DOCUMENTO BASE DE 2007 AOS CURRÍCULOS DE REFERÊNCIA DE 2019

*THE INTEGRAL TRAINING PROPOSALS OF THE FEDERAL INSTITUTE OF SÃO PAULO: FROM THE 2007 BASE DOCUMENT TO THE 2019 REFERENCE CURRICULA*

 **Celso do Prado Ferraz de Carvalho**

Doutor em Educação: História, Política e Sociedade  
Universidade Nove de Julho – UNINOVE  
São Paulo, São Paulo – Brasil  
[cpfcarvalho@gmail.com](mailto:cpfcarvalho@gmail.com)

 **Layla Crist Lima**

Mestra em Educação  
Universidade Nove de Julho – UNINOVE  
São Paulo, São Paulo – Brasil  
[laylacrilstima@gmail.com](mailto:laylacrilstima@gmail.com)

**Resumo:** Desde a década de 1990, diferentes propostas de reforma curricular foram propostas e implementadas com o objetivo de preparar os jovens para o mercado de trabalho, com destaque para as reformas que foram pautadas pela pedagogia das competências. É nesse contexto de reformas e diretrizes que as instituições educacionais responsáveis pela oferta de educação de nível médio e profissional tem procurado organizar seus currículos, trajetórias e cursos. Nosso objetivo neste texto é apresentar a forma como o Instituto Federal de Educação de São Paulo (IFSP) elabora seus currículos de referência em meio a esse processo reformista. A partir dos documentos que fundamentam a reorganização curricular dos cursos, optou-se por analisar o currículo proposto pelo IFSP de forma macro, para ilustrar alguns pressupostos contidos nos documentos, verificando as principais características da política educacional instituída por meio dos currículos de referência na educação profissional de nível médio.

**Palavras-chave:** formação integral; educação profissional de nível médio; documento base; currículos de referência; Instituto Federal de Educação de São Paulo.

**Abstract:** Since the 1990s, different proposals for curriculum reform have been proposed and implemented with the aim of preparing young people for the job market, with emphasis on reforms that were guided by the pedagogy of competences. It is in this context of reforms and guidelines that the educational institutions responsible for offering secondary and professional education have sought to organize their curricula, trajectories and courses. Our objective in this text is to present how the Federal Institute of Education of São Paulo (IFSP) elaborates its reference curricula in the midst of this reformist process. From the documents that support the curricular reorganization of the courses, it was decided to analyze the curriculum proposed by the IFSP in a macro way, to illustrate some assumptions contained in the documents, verifying the main characteristics of the educational policy instituted through the reference curricula in education mid-level professional.

**Keywords:** comprehensive training; middle-level professional education; base document; reference resumes; Federal Institute of Education of São Paulo.

Para citar – ABNT NBR 6023:2018

CARVALHO, Celso; LIMA, Layla Crist. As propostas de formação integral do Instituto Federal de São Paulo: do documento base de 2007 aos currículos de referência de 2019. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 171-184, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n2.24573>

## 1 Introdução

A formação para o trabalho tem se constituído em temática cada vez mais presente no debate sobre políticas educacionais, especificamente em documentos de orientação curricular. Tal situação tem sido justificada a partir de análises que afirmam que o mundo do trabalho está exigindo, cada vez mais, profissionais dinâmicos, críticos, criativos e preparados para a resolução de problemas, exigências que estariam requerendo da educação formal uma nova configuração.

Ao longo das últimas décadas, diferentes políticas educacionais, elaboradas em contexto de diferentes governos, apresentaram propostas de reorganização da educação básica. No caso do ensino médio regular e da educação profissional de nível médio, a cobrança por mudanças tem sido maior, com o argumento de que se trata de uma etapa da formação que necessariamente deve estar vinculada às expectativas de formação profissional.

Desde a década de 1990, diferentes propostas de reforma curricular foram propostas e implementadas com o objetivo de preparar os jovens para o mercado de trabalho, com destaque para as reformas que foram pautadas pela pedagogia das competências. Assim, nessa trajetória, tivemos as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e a educação profissional de 1998, as diretrizes de 2012 e, mais recentemente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

É nesse contexto de reformas e diretrizes que as instituições educacionais responsáveis pela oferta de educação de nível médio e profissional tem procurado organizar seus currículos, trajetórias e cursos. Nosso objetivo neste texto é apresentar a forma como o Instituto Federal de Educação de São Paulo (IFSP) elabora seus currículos de referência em meio a esse processo reformista.

Cabe lembrar que em razão de sua autonomia didática o IFSP pode definir sua trajetória e proposta educacional sem estar obrigatoriamente atrelado ao que propõe a BNCC ou a reforma do ensino médio de 2017. Por essa condição, a concepção de educação que orienta os projetos político-pedagógicos do IFSP destoa daquela encontrada na maioria das redes de ensino que oferecem educação de nível médio, seja regular ou profissional. Os currículos de referência têm uma dinâmica própria e seguem diretrizes independentes.

## 2 Fundamentos da organização curricular do IFSP: o trabalho como princípio educativo e a formação integral

O eixo orientador da concepção de currículo do IFSP tem como premissa a integração entre cultura, ciência, tecnologia e trabalho, que deve estar presente na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O objetivo é uma formação geral, profissional e tecnológica mais condizente com as demandas do mundo atual. Nos documentos que definem as diretrizes educacionais do

Instituto Federal de São Paulo, a pesquisa como princípio científico e pedagógico é anunciada como um dos suportes para o desenvolvimento social, humano e econômico.

A construção dos novos currículos de referência do IFSP teve início no ano de 2019, processo que segue diretrizes próprias da instituição, em razão da autonomia acadêmica que possui. Dessa forma, a incorporação de princípios e concepções presentes na BNCC, por exemplo, é objeto de discussão e disputa política interna e não processo mecânico e direto, como tem ocorrido na maioria das redes estaduais de ensino, em que as secretarias de educação definem a forma de incorporação da BNCC nos currículos das escolas de ensino médio.

O termo currículo integrado encontra-se na base das concepções e princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio. Concepção e princípios que foram elaborados pelo Ministério da Educação, por meio de da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e publicados no Documento Base de 2007 (BRASIL/MEC, 2007). Um ano depois, em 2008, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições que se destacam ao longo de sua existência pelo protagonismo nas discussões e debates em torno das políticas públicas da Educação Básica e Profissional, especialmente no que se refere ao Ensino Médio. Após a criação da Rede Federal de Educação Tecnológica em 2008, a Resolução nº 163 / 2017 apresenta-se como o primeiro documento orientador e diretivo para os cursos Técnicos de Nível Médio na forma Integrada dos Institutos Federais de São Paulo, configurando um intervalo de tempo de nove anos entre as duas referências legais (DALCIM, 2021).

A Resolução nº 163, de 28 de novembro de 2017, define as diretrizes para o Cursos Técnicos de Nível Médio na forma Integrada ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. O documento tem por objetivo normatizar e sistematizar procedimentos para a implantação, implementação e reformulação dos cursos Técnicos de Nível Médio na forma Integrada.

A premissa que orienta o projeto do ensino médio integrado à educação profissional é a de centralizar e aprofundar o caráter humanista do ato de educar, desconstruindo o parâmetro colonialista e dual que caracteriza a relação entre educação básica e profissional (BRASIL/MEC, 2007). A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ao definir a Educação Básica nos Institutos Federais na forma Integrada, objetiva se opor ao histórico dualismo implementado na Educação Profissional brasileira, tornando a relação entre trabalho, conhecimento e tecnologia um conceito pedagógico vinculado à pesquisa como princípio educacional.

Alicerçada na promoção da construção de uma sociedade mais justa, na inclusão social, na

formação integral do estudante e no desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos, a concepção de atuação dos Gifs visa ampliar a atuação dos profissionais que pretende formar, não limitando sua formação ao preparo para o mercado de trabalho, instrumentalizados apenas para tarefas específicas. A formação abrange um sentido mais amplo, de formação para o mundo do trabalho, englobando todo o contexto que envolve a experiência humana enquanto constitui-se como tal.

O trabalho como princípio educativo, a indissociabilidade entre educação e prática social, o reconhecimento dos sujeitos, de suas diversidades, das formas de produção, dos processos de trabalho e da cultura a ele subjacentes são princípios destacados para orientar a construção dos projetos pedagógicos, dos currículos e planos de curso da instituição. A Resolução nº 163 / 2017 ao abordar a organização curricular, define o que deve ser considerado no momento da concepção curricular dos cursos, além de apresentar o que o currículo deve proporcionar ao estudante, podendo ser atribuídos como objetivos de formação ao estudante.

Ter como fundamento a concepção de trabalho como princípio educativo implica modelar a construção curricular, seus objetivos, conteúdos e métodos para a educação profissional de nível médio de forma orgânica, com isso a articulação entre trabalho e educação precisa ser pensada a partir das condições concretas em que se dá a organização do trabalho e, portanto, atribuir à categoria trabalho condição central. Entender a categoria trabalho como primeira mediação entre homem, implica compreender a realidade material e social em perspectiva ontológica e histórica, como princípio que organiza a base unitária do ensino médio e que define exigências específicas para o processo educacional. Nessa perspectiva ontológica e histórica se situa a formação da sociedade do trabalho, e não somente para a sociedade do trabalho.

Por isso, o trabalho como princípio educativo tem no Projeto Político Institucional (PPI) do IFSP sua importância reforçada na relação entre o saber e o processo de trabalho, que o trabalho é pontuado em suas dimensões científico-tecnológica e sócio-histórica, que necessitam ser apreendidas pelo aluno e incorporadas pela comunidade escolar. A educação profissional deve tratar o conhecimento por meio de um primeiro fundamento, que é o trabalho, mas não se encerrar nele.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL/CNE/CEB, 2012) destacaram a necessidade de se atentar para a diversidade dos sujeitos do processo educativo, valorizando as suas experiências. Elas trazem também, como dimensões fundantes na elaboração das propostas curriculares, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico (MILLIORIN, 2018).

A incorporação do trabalho como princípio educativo é fundamental na proposta educacional do IFSP. Para Dalcim (2021), o trabalho é entendido como um processo que permeia todas

as esferas da vida humana. Assim, temos a centralidade do trabalho como práxis que possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagem e símbolos, o mundo humano como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades.

### **3 O processo de construção do documento curricular do IFSP: do Documento Base ao Currículo de Referência**

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio foi lançado em dezembro de 2007, pelo Ministério da Educação, por meio de Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. A coordenação editorial foi do professor Dante Henrique Moura em redação conjunta com as professoras Sandra Regina de Oliveira Garcia e Marise Nogueira Ramos.

O objetivo principal anunciado é no documento é o de consolidar uma ação política de explicitação para a sociedade pública, instituições e sistemas de ensino. O documento define os princípios e diretrizes do Ensino Médio integrado à educação profissional, contextualiza o debate sobre educação de nível médio e a opção pela formação integral e apresenta os pressupostos para a concretização desse projeto político-pedagógico integrado.

O primeiro ato regulatório com a finalidade de orientar a implementação do Ensino Médio Integrado na Rede Federal foi a resolução nº 6/2012 (BRASIL/MEC/CNE, 2012), publicada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. As Diretrizes abordam os princípios norteadores dessa forma de ensino, pauta a organização curricular, a duração dos cursos, a avaliação e a certificação desta etapa do Ensino Básico.

Em consonância com a lei nº 11.892/08, a resolução CNE/CEB nº 6/12 indica a valorização dos aspectos humanísticos, científicos e tecnológicos do estudante como princípios norteadores da EPTNM. Essa resolução definiu em seu artigo 5º que os cursos de EPTNM têm por finalidade “proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico tecnológicos, sócio-histórico e cultural.” (BRASIL/MEC/CNE, 2012)

O conjunto de princípios norteadores da EPTNM expressos no artigo 6º da mesma resolução, demonstra a preocupação do IF em desenvolver suas ações educacionais baseadas em um entendimento no qual a formação humana e cidadã devam acontecer de maneira articulada com a formação profissional, visando à formação integral do estudante. Observa-se ainda que a formação integral do estudante, compreende, entre outros, assumir o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, a interdisciplinaridade no currículo e na prática pedagógica

visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular, além de promover a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social (HEREEN, 2019).

De acordo com os objetivos estabelecidos para a EPTNM, o parecer nº 11/2012 tem por objetivo implementar as Diretrizes. Considerando os documentos normativos anteriores, o parecer define e atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Médio, ultrapassando os limites do campo estritamente educacional, considerando o papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento do mundo do trabalho, na perspectiva da formação integral do cidadão trabalhador. Portanto, visa contribuir para superação da clássica divisão historicamente consagrada pela divisão social do trabalho entre os trabalhadores comprometidos com a ação de executar e aqueles comprometidos com a ação de pensar e dirigir ou planejar e controlar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos a sociedade (BRASIL, 2012).

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), por meio do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE), publicou em 2016 orientações para a Rede Federal, com o objetivo de detalhar as especificidades desta forma de ensino, buscando sanar possíveis dificuldades das instituições em desenvolver um currículo que de fato integrasse os conhecimentos em direção a uma formação integral do estudante.

O FDE promoveu a realização do Seminário Nacional do EMI em 2017 e 2018, com a participação de profissionais da Educação de todos os Institutos Federais, auxiliando na elaboração das Diretrizes Indutoras para a Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, documento publicado com o objetivo de contribuir para a construção dos documentos específicos de cada Instituto Federal que normatiza o Ensino Médio Integrado (HEREEN, 2019).

Diante desse novo desafio institucional, a reitoria do IFSP, por meio da Pró Reitoria de Ensino, aprovou a resolução nº 37/2018 que previa a elaboração de currículos de referência para o IFSP, possibilitando a organização curricular dos cursos do Ensino Médio de forma mais coerente com as necessidades pedagógicas imposta por esta forma de ensino. O objetivo anunciado era o de adequar o currículo do EMI às legislações que referenciam essa forma de ensino, culminando na formulação de um currículo de referência por eixo tecnológico e cursos do IFSP.

#### 4 Concepção e finalidades dos Currículos de Referência

Por currículo de referência entende-se a definição de elementos essenciais que estruturam

os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IFSP, compreendendo o conjunto de conhecimentos, saberes, habilidades profissionais e pessoais que compõem determinado itinerário formativo (IFSP, 2018).

Entre as principais características dos IFs está a pluralidade de cursos e currículos oferecidos. O projeto pedagógico que se expressa na sua proposta curricular configura uma arquitetura, que embora destinada a diferentes formações (cursos e níveis), possui uma junção que contempla diferentes campos do saber. Uma série de documentos de orientação foram elaborados e um amplo processo de debate interno ocorreu em todas as unidades do IF no Estado de São Paulo. Dentro deste processo chama atenção a preocupação com a integração entre abordagens, metodologias e práticas pedagógicas com o objetivo de contribuir para a superação da divisão criada ao longo dos anos entre ciência, tecnologia, cultura, trabalho, teoria e prática.

Em 2017, o Ministério da Educação, juntamente com o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), por meio de da Resolução nº163, aprovou as diretrizes para os Cursos Técnicos de Nível Médio na forma Integrada ao Ensino Médio. Nesse documento, são revisitados os artigos da Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, e mais importante, as concepções e princípios trazidos pelo Documento Base de 2007 são normatizados e sistematizados para entendimento, implementação e reformulação de cursos de Ensino Médio Integrado. Em 2018, o Conselho Superior do IFSP publica dois outros documentos de muita relevância:

- Resolução nº 37, de 08 de maio de 2018, que aprovou o início do processo de construção dos “Currículos de Referência” para os Cursos Técnicos de Nível Médio e para os Cursos Superiores de Engenharia, Tecnologia e Licenciaturas;
- Resolução nº 62, de 07 de agosto de 2018, que aprovou a Organização Didática da Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo;

Os dois documentos configuram e delinham a natureza, os perfis, a organização e a finalidade dos cursos oferecidos pelos IFSP. São documentos importantes, pois contém orientações que, até então, não se encontravam sistematizadas em documento oficial (DALCIM, 2021).

O processo de elaboração e construção dos currículos de referência foi iniciado após reunião realizada em janeiro de 2018 com todos os Diretores Adjuntos Educacionais (DAE) dos campus, no qual a reitoria apresentou e fomentou a discussão acerca da resolução 163/17, indicando que cada DAE deveria promover uma discussão com cada Comissão de Elaboração e Implementação dos Projetos de Curso (CEIC) de seu campus, à luz das diretrizes, sobre o que seria preciso para que o curso vigente fosse adequado (HEREEN, 2019).

Para assessorar a condução dessas atividades, a reitoria formou e capacitou em agosto de

2018 um banco de consultores de currículo para atuar juntamente às CEICs, promovendo possíveis correções nos direcionamentos encaminhados em cada campus. Ainda no sentido de valorizar o entendimento acerca da realidade do ensino integrado, foram criados grupos de trabalho para pensarem e refletirem em relação ao perfil do egresso, objetivos e conhecimentos mínimos necessários para cada curso do Ensino Básico, com a perspectiva da realização de uma minuta com o registro das contribuições feitas para posterior consulta pública e aprovação do documento.

O documento dialoga com a identidade e valores expressos no Estatuto do IFSP, estando fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no projeto político-institucional da Instituição. Nesse sentido, está norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da equidade, da ética, das identidades, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade, da diversidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano (IFSP, 2019).

De acordo com o IFSP (2019), por currículo de referência entende-se a definição de elementos essenciais que estruturam os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IFSP, compreendendo o conjunto de conhecimentos, saberes, habilidades profissionais e pessoais que compõem a formação do estudante. A Instrução Normativa N° 002 - PRE/IFSP, de 14/05/2019, estabelece as diretrizes para a elaboração do Currículo de Referência para todos os cursos do IFSP e traz ainda o arcabouço legal que justifica a construção dos currículos de referência.

Em seu artigo 2° a IN 002, expressa que tem por objetivo sistematizar procedimentos para a construção dos Currículos de Referência dos cursos da Educação Básica (Técnicos de Nível Médio nas formas integrada, inclusive na Modalidade EJA, concomitante ou subsequente) e de Graduação (Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. O artigo 3° aponta como finalidades, o fortalecimento da identidade institucional dos cursos ofertados no âmbito do IFSP, observando as potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural de cada campus, em benefício do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, regionais e nacionais.

Na sequência, defende o fomento e a promoção de práticas pedagógicas que assegurem a efetiva integração curricular, a construção de uma formação diversificada e atualizada, com vistas à verticalização do ensino e à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, conforme finalidades e características dos Institutos Federais, previstas na Lei nº 11.892/2008, o fomento e promoção das condições para o acesso, a permanência e êxito dos estudantes do IFSP, a ampliação da mobilidade do estudante, propiciando o cumprimento de componentes curriculares em diferentes campus e maior índice de aproveitamento de estudos no caso e a contribuição para efetiva indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão (IFSP, 2019).

No artigo 5º da IN 002 são apresentados os princípios norteadores dos Currículos de Referência dos cursos do IFSP, que são a:

- Articulação entre os diferentes conhecimentos da Educação Básica e, Profissional, com vistas à formação integral;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- O trabalho como princípio educativo, considerado em suas dimensões ontológica, histórica e ético-política, integrado à ciência, à tecnologia e à cultura;
- Reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, por meio do o compromisso institucional com as políticas de inclusão;
- Organização do conjunto de conhecimentos que assegure a abordagem de temáticas relacionadas à Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola;
- Reconhecimento da diversidade de gênero e étnico-racial;
- Garantia de mecanismos que possibilitem a educação inclusiva, com vias de possibilitar aproveitamento e certificação de casos de determinabilidade específica;
- A interdisciplinaridade e a transversalidade asseguradas no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação da organização curricular;
- Reconhecimento dos contextos das práticas profissionais como espaços efetivos de formação;
- Reconhecimento do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas na: elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos; XI. A participação da comunidade escolar do IFSP, servidores e discentes, e da comunidade externa, por meio de seus representantes, nos conselhos e colegiados que apreciarão os Currículos de Referência dos cursos IFSP.

Os artigos 6º e 7º definiram a constituição e a forma como foram estruturados os Grupos de Trabalho (GTs): uma equipe de consultores técnico-pedagógicos que tinha função consultiva e formativa com o objetivo de apoiar de forma técnica e pedagógica as atividades de elaboração dos Currículos de Referência dos cursos do IFSP.

A metodologia a ser seguida na construção dos Currículos de Referência estabelecia como

princípios a transparência, a gestão democrática e a qualidade de ensino, pressupondo a participação e o trabalho coletivo das instâncias representativas da comunidade acadêmica e comunidade externa, ao longo do processo. Todas as decisões e propostas sistematizadas no contexto dos GT's deveriam ser encaminhadas aos campus, por intermédio do representante de curso, com o apoio do Consultor Técnico Pedagógico em Currículo, para serem analisadas e discutidas.

O Núcleo Estruturante Articulador dos GT's tinha como objetivo garantir a integração de conhecimentos, além de organizar os conhecimentos essenciais por meio de grupos de conhecimentos, incluídos os componentes curriculares, cargas horárias e período de oferta conforme previsão na Resolução CONSUP 163/2017. Quanto aos componentes curriculares não determinados pela Resolução, estes também deveriam organizar os conhecimentos essenciais por meio dos grupos de conhecimentos.

Os documentos dos Currículos de Referência para os cursos de Educação Básica, estruturados em um documento final, constituinte dos Currículos de Referência para todos os cursos do IFSP que norteariam os processos de implantação e reformulação dos cursos, deveriam conter, obrigatoriamente, além das páginas formais, o perfil do egresso, o objetivo do curso, o núcleo de formação, os conhecimentos essenciais dos componentes curriculares, para o eixo de Formação Geral, os conhecimentos essenciais do curso para o eixo tecnológico, além de estratégias de articulação para os cursos EMI e modalidade EJA.

Para que os currículos pudessem ser melhor compreendidos e devidamente incorporados nos campus do IFSP, foram publicados dois cadernos: um trata dos Fundamentos e Orientações para Elaboração dos Currículos de Referência da Educação Básica do IFSP e o outro dos Fundamentos Metodológicos e Memorial de Elaboração dos Currículos de Referência do IFSP para a Graduação.

O caderno que trata das orientações para a educação básica, reforça a premissa do trabalho como princípio educativo e a formação integral como pilar na construção dos documentos curriculares no IFSP. Destaca ainda que essa experiência de confecção curricular acaba por não ir de encontro da Lei nº 13.415/2017 que estruturou a Reforma do Ensino Médio, por considerar que a reforma fragiliza o ensino médio na medida em que torna obrigatórias somente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Não preconiza também o atendimento à BNCC, pois defende que ela fragiliza a ideia de formação humana integral defendida pelo IF e desvaloriza o conhecimento historicamente construído pela humanidade. O objetivo do documento é normatizar e sistematizar procedimentos para a implementação e reformulação de cursos Técnicos de Nível Médio na forma integrada ao Ensino Médio no IFSP.

A estrutura curricular proposta dos cursos técnicos na forma integrada ao ensino médio, possui:

1. Núcleo Estruturante Comum - como conjunto de componentes curriculares obrigatórios relativo às áreas do conhecimento que compõem a Formação Geral, contemplando conteúdos de base científica e cultural basilares para a formação humana integral, que abrange as áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas;
2. Núcleo Estruturante Articulador – que atua como conjunto de componentes curriculares obrigatórios relativo a conhecimentos de áreas que compõem a Formação Geral e à habilitação profissional que constituam elementos expressivos para a integração curricular, organizado em componentes curriculares que atuem como alicerce, mas não como única possibilidade, das práticas interdisciplinares;
3. Núcleo estruturante tecnológico como conjunto de componentes curriculares obrigatórios específicos da habilitação profissional que não componham o núcleo estruturante articulador conforme Resolução Consup nº163/2017.

E na parte de formação profissionalizante contempla componentes curriculares eletivos e optativos, além do estágio supervisionado que pode ser obrigatório ou optativo. A partir destes documentos ficou determinado que as reformulações dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e as implantações de novos cursos deveriam ser norteadas pelos Currículos de Referência em todos os cursos do IFSP.

Embora o currículo seja organizado em áreas de conhecimento, subdivididos em componentes curriculares, foi adotado o princípio da multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade por meios de eixos geradores com temas transversais de conhecimento, temas esses inerentes e à formação do aluno, perpassando entres os núcleos comum e específico.

A estrutura curricular, que resulta das diferentes áreas modulares, estabelece as condições básicas para a organização dos tipos de itinerários formativos que, articulados, conduzem a obtenção de certificações profissionais.

Em sua primeira parte, o componente curricular do curso contempla uma Base Nacional Comum abrangendo as áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da natureza e Ciências Humanas, totalizando 3.200 aulas divididas em 2.666h de formação geral. A segunda parte na sequência trás o campo de disciplinas diversificadas optativas de Língua Inglesa e Educação Tecnológica que conta com 240 aulas divididas em 266h. Na terceira parte são apresentados os componentes específicos do curso relacionados a formação profissionalizante, totalizando 1520 aulas distribuídas em 1.266h. E, por fim, um resumo da carga horária de todas as grades curriculares do curso, incluindo

o estágio supervisionado que possui 300h sendo optativo.

Segundo o IFSP, os Currículos de Referência contribuem para a reflexão sobre como a instituição se posiciona, suas características e especificidades, tendo sido normatizados pela Resolução IFSP-CONSUP nº 37 de 2018 e orientados pela Instrução Normativa IFSP-PRE nº 002 de 2019 (IN-002/19). A elaboração destes CRs teve como base a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio, o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, e uma série de diretrizes referentes à educação profissional brasileira, incluindo documentos do IFSP.

A IN002/19, em seu artigo 19, alínea “F”, prevê, no processo de discussão sobre os currículos de referência da Educação Básica, considerações sobre as estratégias de articulação entre o Núcleo Estruturante Comum e o Núcleo Estruturante Tecnológico, para os cursos de Ensino Médio Integrado. A partir disso, foram propostos os conhecimentos potencialmente integradores, com o objetivo de destacar a integração entre as formações técnica e geral.

Os currículos de referência trazem na composição em cada um dos núcleos de formação, sejam gerais ou específicos os conhecimentos essenciais pertinentes que devem ser parte integrante das disciplinas ofertadas. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve englobar esses conhecimentos dentro da estrutura curricular ofertada nos cursos do IFSP, a fim de garantir que a padronização proposta seja adotada nos campus.

## 5 Considerações finais

Ao analisar de forma macro a fundamentação legal dos currículos de referência e ter acesso aos documentos pôde-se perceber que em razão da autonomia administrativa que o Instituto Federal possui, procurou-se moldar os currículos conforme seus princípios identidade e valores, fundamentado em conhecimentos essenciais que propõem a diversidade no processo de formação, em concepções relacionadas ao trabalho como princípio educativo e a formação integral.

Os currículos de referência propõem uma padronização curricular que agrega os valores da instituição com a necessidade dos alunos que podem se beneficiar caso precisem solicitar transferência de unidade, uma vez que os conhecimentos essenciais dialogam em todos os núcleos de formação com as disciplinas oferecidas nos cursos e devem estar contidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

As reformas e diretrizes que o IFSP projeta para a educação de nível médio e profissional tem procurado organizar seus currículos, trajetórias e cursos pautadas em princípios epistemológicos e pedagógicos que levem em consideração uma formação humana e integral de seus alunos, e

os processos reformistas se tornaram necessários para que pudessem estruturar os currículos conforme as necessidades da instituição.

Os currículos de referência assim como os Institutos Federais têm uma dinâmica própria e seguem diretrizes independentes. Porém cada Instituto possui autonomia para fazer as adaptações que considerar importantes dentro do contexto do seu campus desde que consiga agregar os conhecimentos essenciais propostos no Currículos de Referência, mantendo a estrutura dos núcleos de formação além dos conhecimentos potencialmente integradores.

### Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 20/02/2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 163/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE Aprova diretrizes para os Cursos Técnicos de Nível Médio na forma Integrada ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Resolução nº 62, de 7 de agosto de 2018. Modifica a resolução nº 859/2013 e aprova a Organização Didática da Educação Básica do IFSP. São Paulo, SP, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes\\_cne/rceb006\\_12.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf). Acesso em 12/03/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio. Documento Base, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Normas e Legislação / Manuais e Orientações. Currículos de Referência. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/42-assuntos/ensino/157-normas-e-legislacao#:~:text=A%20Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20N%C2%BA%20002,todos%20os%20curso%20do%20IFSP>. Acesso em 20/01/2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em 31/03/2023.

DALCIM, Maria Glaucy Fequetia. O Currículo integrado e o trabalho docente: um estudo sobre documentos orientadores do Instituto Federal de São Paulo. (Tese de doutorado). Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR) - Araraquara UNESP. 2021.

HEREEN, Marcelo Velloso. A Construção Político e Normativa do IFSP: A Garantia do Direito Constitucional à Educação Básica e o Conflito com a Reforma do Ensino Médio de 2017. (Tese de doutorado). Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR) - Araraquara - UNESP, 2019.